



Tribunal de Contas

Direção-Geral

Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

E-mail: geral@tcontas.pt
URL: <http://www.tcontas.pt>

Tel.: 21 794 51 00
Fax: 21 793 60 33
Linha Azul 21 793 60 08/9

DOM

Exmo. Senhor.
Presidente da Câmara Municipal
Município de Vila do Bispo
Praça do Município
8650-407 - VILA DO BISPO

Vossa referência

Nossa referência
DECOP/UAT.1/ 1058/2018
12-1-2018

Assunto: **Processo(s) declarado(s) conforme(s)**
3915/2017

Tendo sido objeto de declaração de conformidade, devidamente homologada pelos Juizes de turno da 1.ª Secção do Tribunal de Contas, em 9-1-2018, nos termos do art.º 83.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, tenho a honra de enviar a V. Ex.ª o(s) adjunto(s) processo(s) registado(s) nesta Direção-Geral sob os número(s) acima indicado(s).

São devidos emolumentos nos termos dos arts. 5.º a 7.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, anexo ao Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de Maio, no montante referido no documento de cobrança que junto se envia.

Chama-se a atenção de V. Ex.ª de que nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 7.º do referido diploma não poderão ser feitos quaisquer pagamentos por força dos atos ou contratos objeto de fiscalização prévia sem que se mostrem pagos os correspondentes emolumentos, sendo as autoridades ou funcionários que autorizem os mesmos solidariamente responsáveis pelo pagamento dos emolumentos em falta.

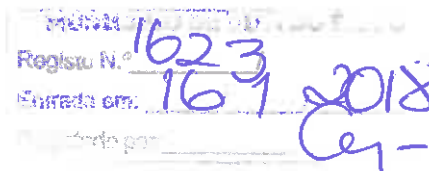
Informa-se que o pagamento dos emolumentos deverá ser efectuado para o NIB 0781 0112 000000001018 24, constante do Documento de Cobrança em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

A Auditora-Coordenadora
(por subdelegação de assinatura)

Ana Luísa Nunes

Anexo: Documento de Cobrança n.º 5208000000000790781



Livro **13**Fls 257

MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO

CONTRATO DE EMPREITADA REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS ANTIGOS CELEIROS EM VILA DO BISPO – EQUIPAMENTO PÚBLICO DE AÇÃO CULTURAL – EPAC “ O CELEIRO DA HISTÓRIA”

-----Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila do Bispo, Paços do Concelho, perante mim, Vanda Maria Correia Apolónia Santos, Técnica Superior, e Oficial Público, nomeada por despacho do Presidente da Câmara de 25/10/2017, compareceram como outorgantes: -----

-----**Primeiro:** ADELINO AUGUSTO DA ROCHA SOARES, casado, com domicílio necessário neste edifício, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara, com poderes para o ato e em representação deste Município, pessoa coletiva de direito público 506730573. -----

-----**Segundo:** MÁRIO MANUEL ANDRÉS GUERREIRO, portador do cartão de cidadão n.º 7409977 9 ZX4, natural da freguesia de Portimão, Concelho de Portimão, com residência profissional na Rua Mouzinho de Albuquerque n.28, 8400-384 Lagoa, que intervém na qualidade de ADMINISTRADOR e em nome e representação de REGULCONCRETE, CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, S.A. com sede na Rua Mouzinho de Albuquerque n.28, 8400-384 Lagoa Freguesia de Lagoa e Carvoeiro, Concelho de Lagoa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lagoa, sob o número 510336752, com o capital social de 250.000,00 euros, conforme certidão de registo comercial, emitida via internet, código de acesso 0835-6286-0235, válida até 25/10/2018, que arquivo.-----

----- **Cláusula 1.^a** -----

----- **Objeto** -----

----- O presente contrato tem por objeto a empreitada de reabilitação do edifício dos antigos celeiros em Vila do Bispo – Equipamento Público de Ação Cultural – EPAC “ O Celeiro da História ”de acordo com as especificações descritas no Programa de Concurso, Caderno de Encargos e no presente contrato.-----

----- **Cláusula 2.^a** -----

----- **Preço e Condições de Pagamento** -----

-----1 – O encargo do presente contrato é de UM MILHÃO TREZENTOS E VINTE E SEIS MIL, NOVECENTOS E TRÊS EUROS E CINCO CÊNTIMOS (€1.326.903,05), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- 2 – As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos do número anterior devem ser pagas no prazo máximo de sessenta dias (60) após a receção da respetiva fatura.-----

----- 3 – A fatura e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.-----

----- 4 – Os autos de medição devem referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra e condicionada à realização completa daqueles.-----

----- 5 – No caso de falta de aprovação de alguma fatura, em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o segundo outorgante quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva

fatura ao segundo outorgante, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados. -----

----- 6 – O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.-----

----- 7 – A emissão de fatura e os correspondentes pagamentos a efetuar ao segundo outorgante no âmbito da execução contratual, serão processados de harmonia com o disposto na Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, e posteriores alterações. -----

-----**Cláusula 3.ª**-----

-----**Revisão de Preços**-----

----- 1 – A revisão de preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto – Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.-----

----- 2 – A revisão de preços obedecerá à fórmula prevista no Caderno de Encargos.-----

-----**Cláusula 4.ª**-----

-----**Prazo para a Execução da Empreitada**-----

----- O prazo de execução dos trabalhos objeto do presente contrato, é de trezentos e sessenta e cinco dias (365) dias, a contar da data do auto de consignação.-----

-----**Cláusula 5.ª**-----

----- **Cumprimento do Plano de Trabalhos** -----

----- 1 – O segundo outorgante informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.-----

----- 2 – Quando os desvios assinalados pelo segundo outorgante, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.----

----- **Cláusula 6.^a** -----

----- **Obrigações do Segundo Outorgante** -----

----- 1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o segundo outorgante as seguintes obrigações principais: -----

----- 1.1 – Executar a empreitada objeto do presente contrato, em conformidade com a sua proposta, com o projeto, Caderno de Encargos e demais condições técnicas. -----

----- 1.2 – Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução, previsto no plano de trabalhos. -----

----- 1.3 – Supervisionar e orientar todo o pessoal empregado na execução da empreitada, no que concerne à sua aptidão profissional e à sua disciplina. -----

----- 1.4 – Cumprir com as disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações. -----

----- 1.5 – Suportar todos os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da empreitada, de materiais, elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial. -----

----- 1.6 – Celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção próprias afetos às obras, que circulem na via pública ou no local da obra e ainda o contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro. -----

----- 1.7 – Disponibilizar e fornecer todos os meios necessários para a realização da empreitada e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo materiais, meios humanos, técnicos e equipamentos. -----

----- 1.8 – Preparar, planear e coordenar todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como preparar, planear e executar os trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, as medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção que acompanham o projeto de execução. -----

----- 1.9 – Realizar todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da empreitada. -----

----- 1.10 – Prestar colaboração, designadamente no tocante à prestação de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no art.º 290.º do CCP.---

----- 1.11 – Remeter ao primeiro outorgante a designação do Técnico que assumirá as funções de diretor de obra, em sua representação.

----- 1.12 – Organizar um registo da obra, em livro adequado, com folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.-----

-----**Cláusula 7.ª**-----

-----**Multas por Violação dos Prazos Contratuais**-----

----- 1 – Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao segundo outorgante, o primeiro pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1,5‰ (um virgula cinco por mil) do preço contratual.-----

----- 2 – No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da obra por facto imputável ao segundo outorgante, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.-----

----- 3 – O segundo outorgante tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do presente contrato. -----

Cláusula 8.^a**Força Maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao segundo outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 9.^a**Objeto do Dever de Sigilo**

1 – O segundo outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao primeiro outorgante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

----- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----

----- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo segundo outorgante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.-----

----- 4 – O segundo outorgante responde perante o primeiro, pela violação do dever de sigilo e pela da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente cláusula. -----

----- **Cláusula 10.^a** -----

----- **Prazo do Dever de Sigilo** -----

----- O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas. -

----- **Cláusula 11.^a** -----

----- **Resolução contratual pelo primeiro outorgante** -----

----- Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o primeiro outorgante pode resolver o contrato nos termos da cláusula 51.^a do Caderno de Encargos.-----

----- **Cláusula 12.^a** -----

----- **Resolução contratual pelo segundo outorgante** -----

----- Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o segundo outorgante pode resolver o contrato nos termos da cláusula 52.^a do Caderno de Encargos.-----

----- **Cláusula 13.^a** -----

----- **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual** -----

----- 1- A subcontratação, ou cessão da posição contratual, poderá ser autorizada pelo primeiro outorgante, nos termos definidos no CCP.-----

----- 2- No caso do segundo outorgante propor subcontratação parcial dos trabalhos relativamente às entidades a subcontratar, serão exigidos os mesmos documentos, conforme dispõe o CCP.-----

----- **Cláusula 14.^a** -----

----- **Caução** -----

----- 1 – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante presta a Garantia Bancária Autónoma, à primeira solicitação, N 00405171, no valor de cento e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e um euros e setenta e dois cêntimos (€ 140.651,72), emitida por Novo Banco, S.A., em 25/09/2017, representando dez por cento (10%) do valor total do contrato.-----

----- 2 – A caução mencionada no n.º 1, destina-se a garantir o exato e pontual cumprimento do contrato e das obrigações legais e pode ser executada pelo primeiro outorgante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo segundo outorgante das obrigações contratuais legais, incluindo o pagamento de penalidades.-----

----- **Cláusula 15.^a** -----

-----**Prazo de garantia**-----

-----O prazo de garantia é de dez (10) anos, a partir da data da realização da receção provisória da obra.-----

-----**Cláusula 16.^a**-----

-----**Receção provisória e definitiva**-----

----- 1- A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra se encontre concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do segundo outorgante ou por iniciativa do primeiro, tendo por referência o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.-----

----- 2- A receção definitiva ocorre no final do prazo de garantia fixado na cláusula anterior, após a realização de nova vistoria.-----

-----**Cláusula 17.^a**-----

-----**Foro competente**-----

-----Para resolução de todos os litígios decorrentes do presente contrato, é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

-----**Cláusula 18.^a**-----

-----**Comunicações e notificações**-----

----- 1- Sem prejuízo de acordarem outras regras quanto às notificações e comunicações entre os outorgantes do contrato, estas devem ser dirigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no presente contrato.-----

----- 2- Qualquer alteração das informações de contacto devem ser comunicadas com a maior brevidade possível à outra parte.-----

-----**Cláusula 19.^a**-----

-----**Disposições finais**-----

----- 1 – Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

----- 2 – A decisão de escolha do procedimento de Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de 04/08/2017.-----

----- 3 – O objeto do presente contrato foi adjudicado por deliberação da Câmara Municipal de 31/10/2017. -----

----- 4 – A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 21/11/2017. -----

----- 5 – O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no Orçamento da Câmara Municipal de Vila do Bispo e será satisfeito pela seguinte dotação orçamental, em vigor, na qual têm cabimento e ficam cativas: classificação orgânica – capítulo: **02** classificação económica – capítulo: **07**; grupo: **01**; artigo: **03**; alínea: **01**, e comprometido com o número sequencial **27760**. -----

----- 6 – Tendo em atenção que o presente contrato dará lugar a encargo orçamental em mais que um ano económico, está o mesmo previsto no Plano Plurianual de Investimentos do Município de Vila do Bispo.-----

----- 7 – Em tudo mais que não conste das cláusulas contratuais atrás referidas, e tudo o que seja omissa no Caderno de Encargo e Proposta, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e suas alterações e demais legislação aplicável. -----



-----Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

-----Depois do segundo outorgante ter feito prova por certidão de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e contribuições para a Segurança Social, bem como apresentado Registo Criminal dos gerentes da empresa, o contrato vai ser assinado por todos os intervenientes. -----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

O OFICIAL PÚBLICO,

Nos termos dos artigos 97.º e 99.º da Lei n.º 3-B/2010 de 28/04, foi revogado o Imposto de Selo dos Escritos dos Contratos

DIRECÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

DECLARADO CONFORME

HOMOLOGAÇÃO

EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

DE 9 / 1 / 2018